



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 006/2020/TCMPA, de 19 de março de 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DE GERENCIAMENTO E ANÁLISE DO ESTOQUE PROCESSUAL SEGMENTADOS POR NATUREZA, FASE PROCESSUAL E EXERCÍCIO FINANCEIRO, ATÉ 2018 E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA APRECIÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, REFERENTES A 2019, BEM COMO ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL ATÉ O EXERCÍCIO DE 2019.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º do Regimento Interno (Ato nº 16/2016), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a necessidade permanente de adoção de medidas destinadas ao atendimento das diretrizes adotadas pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, em especial a RESOLUÇÃO ATRICON n.º 01/2014, destinada a assegurar a agilidade no julgamento de processos e gerenciamento de prazos;

CONSIDERANDO o diagnóstico do TCMPA, nos termos do Marco de Medição de Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (MMD-TC QATC), realizado pela ATRICON, que indicou a existência de oportunidades para o desenvolvimento de melhorias quanto à tempestividade na apreciação e julgamento dos processos de controle externo;

CONSIDERANDO, ainda, que os Tribunais de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, devem assegurar a utilização de mecanismos destinados a garantir agilidade na apreciação e no julgamento de processos, dentro de parâmetros de razoabilidade;

CONSIDERANDO, por fim, as diretrizes do Projeto "TCM 180º", que buscam o redirecionamento de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos para consecução dos objetivos estratégicos dispostos no Plano Estratégico 2015-2030;

RESOLVE: Aprovar a **Resolução Administrativa nº 006/2020/TCMPA**, nos seguintes termos.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Resolução tem como objetivo regulamentar os procedimentos para gerenciamento e análise do estoque processual por natureza, fase processual e exercício financeiro, referentes aos exercícios até 2018, procedimentos técnicos a serem adotados na apreciação dos processos de prestação e tomada de contas especial referentes ao exercício de 2019 e, ainda, os procedimentos técnicos relativos aos atos de pessoal até o exercício de 2019.

TÍTULO II

ESTOQUE PROCESSUAL DE PRESTAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

Art. 2º. Considera-se estoque processual, para efeito desta Resolução, as prestações de contas ou tomadas de contas especiais referentes aos exercícios até 2018 que estejam em tramitação neste Tribunal sem deliberação plenária inicial.



Art. 3º. O estoque processual será classificado conforme o grau de risco de índice baixo, médio ou alto, considerados fatores de materialidade, relevância, risco e ano de ocorrência dos fatos, na forma das matrizes de risco aprovadas nas Resoluções Administrativas nº 15/2016/TCMPA, nº 06/2017/TCMPA, nº 30/2017/TCMPA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caberá à Corregedoria a atualização dos dados que compõem a matriz de risco.

Art. 4º. Os processos identificados como estoque processual receberão análise baseada nos modelos aprovados por este Tribunal e Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará MPCM-PA, nos termos da Ordem Técnica Interna de Serviço, constante do ANEXO ÚNICO desta Resolução.

Art. 5º. O estoque processual deverá ser eliminado em até 10 (dez) anos, a contar do exercício de 2020.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Plano Anual de Fiscalização - PAF definirá metas anuais de apreciação e julgamento para redução e eliminação do estoque processual no prazo definido no *caput* deste artigo.

Art. 6º. A Corregedoria realizará inventário semestral, com o auxílio de sistemas informatizados, quanto à gestão do estoque processual por natureza, fase processual e exercício financeiro em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre, o qual servirá como fundamento para definição e ajustes de metas relacionadas no Plano Anual de Fiscalização.

TÍTULO III **DAS PRESTAÇÕES E TOMADAS DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019**

Art. 7º. Os procedimentos técnicos a serem adotados na apreciação dos processos de prestação de contas e tomada de contas especial, referentes ao exercício de 2019, terão tratamento diferenciado, conforme estabelecido na Ordem Técnica Interna de Serviço, constante do ANEXO ÚNICO, desta Resolução.

Art. 8º. Os processos de prestação de contas ou tomada de contas especial referentes ao exercício de 2019 serão classificados conforme o grau de risco de índice baixo, médio ou alto, considerados os fatores de materialidade, relevância, risco e ano de ocorrência dos fatos, conforme matriz aprovada na Resolução Administrativa n.º 20/2018/TCMPA.

Art. 9º. Os processos de prestação e tomada de contas especial referentes ao exercício de 2019 receberão análise baseada nos modelos aprovados por este TCMPA e MPCM-PA, sendo parte integrante desta Resolução.

Art. 10. Será dispensada, às Controladorias, a avaliação das informações e documentos encaminhados por meio das prestações de contas quadrimestrais, bem como das informações declaradas e dos documentos do Balanço Geral, prevista no art. 3º da Resolução Administrativa nº 04/2018/TCMPA, referente ao exercício de 2019.

Art. 11. O Plano Anual de Fiscalização definirá metas de apreciação e julgamento referente ao exercício de 2019.

TÍTULO IV **DOS ATOS DE PESSOAL ATÉ O EXERCÍCIO DE 2019**

Art. 12. Os procedimentos técnicos a serem adotados na apreciação dos processos de atos de pessoal de 2019 e anteriores terão tratamento diferenciado, conforme esta Resolução e Ordem Técnica Interna de Serviço, constante no ANEXO ÚNICO.



Art. 13. Os processos de atos de pessoal submetidos a procedimentos especiais são aqueles sujeitos à análise de legalidade e registro, relativos à fixação de subsídio, à remuneração e à diária, à concessão de reajuste ou à revisão geral anual e à contratação temporária de pessoal.

Art. 14. Os procedimentos para redução do passivo de processos de concessão de aposentadoria, pensão e revisão de proventos mantêm-se regulamentados pela Resolução Administrativa nº 13/2018/TCMPA.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **19 de março de 2020.**

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Presidente/TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Ouvidora/TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro-Substituto/Convocado/TCMPA